

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações adicionais ao Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Fraga Araújo, sobre o não esclarecimento, por parte do Governo Brasileiro perante a Organização das Nações Unidas, de declarações do Presidente Jair Bolsonaro acerca do assassinato de Fernando Santa Cruz durante a Ditadura Militar.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações complementares ao Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Fraga Araújo, objeto de questionamentos por meio do Requerimento de Informação nº 286/2020, nos seguintes termos:

1. Questionamos, por meio do Requerimento de Informação 286/2020, por quais motivos a carta queixa, enviada pela Organização das Nações Unidas (ONU), referente às declarações do Presidente Jair Bolsonaro sobre o desaparecimento forçado de Fernando Santa Cruz ainda não foi respondida.
2. Em resposta, este Ministério afirmou que *“A fim de poder responder àquele expediente, o Ministério das Relações Exteriores vem realizando processo de consultas, o qual depende, ainda, de informações a serem prestadas por outros órgãos competentes.”*
3. Tendo em vista o teor da resposta, solicitamos a este Ministério que responda de quais órgãos ainda aguarda resposta às consultas e quando este Ministério irá responder à ONU. Há prazo para resposta à ONU? Qual?

## JUSTIFICAÇÃO

Acompanhamos com preocupação as iniciativas do Poder Executivo de relativização do período autoritário brasileiro, que perseguiu opositores com a perda de direitos políticos, e também por meio do aparato estatal de repressão, utilizando-se da tortura para obtenção de informações e do desaparecimento forçado.

Em agosto de 2019, o Governo Brasileiro recebeu correspondência da Organização das Nações Unidas (ONU) cobrando explicações por declarações do Presidente Jair Bolsonaro sobre o assassinato de Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, ocorrido durante a Ditadura Militar instalada em 1964. Em seu blog, o jornalista Jamil Chade, correspondente do jornal O Estado de S. Paulo, informou que desde então o organismo não recebeu nenhuma resposta do Ministério das Relações Exteriores<sup>1</sup>.

Como aponta o jornalista, ao longo do último ano o governo teria recebido dezenas de cartas queixas da organização, apresentando na maior parte dos casos respostas céleres, como nas pertinentes às questões climáticas e a atuação do Ministério do Meio Ambiente.

A correspondência em questão trata da alegação, do próprio Presidente da República, de que este conhecia a verdade sobre o desaparecimento de Santa Cruz. Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, desapareceu em 23 de fevereiro de 1972, no Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, a partir das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira foi preso e morto por agentes do Estado brasileiro e permanece desaparecido, sem que os seus restos mortais tenham sido entregues à sua família.

1 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/14/questionado-sobre-ditadura-bolsonaro-se-cala-diante-de-orgaos-da-onu.htm>

2 <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/fernando-augusto-santa-cruz-oliveira/>

Diante do exposto, requerem-se as informações aqui solicitadas.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informação para a obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de modo eficiente.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

